

Other versions/Otras versiones

English



Español



O **OMNIDEF ANALYSIS** é uma publicação mensal composta de análises* acerca de temas constantes nas edições do mês anterior do **OMNIDEF** e considerados de maior relevância no contexto da Defesa Nacional.

Vídeos Relacionados



Colombia FARC: Most former fighters still committed to peace deal

Para acessar este vídeo [CLIQUE AQUI](#)

What is Hybrid Warfare?

Para acessar este vídeo

[CLIQUE AQUI](#)



Embraer espera concluir acordo com Boeing no começo de 2020

Para acessar este vídeo [CLIQUE AQUI](#)

Destaques do Mês

ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOMENTO ATUAL NA COLÔMBIA: ASPECTOS DOMÉSTICOS E INTERNACIONAIS

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA

- **O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS EM MATÉRIA DE DEFESA E SEGURANÇA**
- **A PARCERIA ENTRE EMBRAER E BOEING: REFLEXÕES SOBRE O CENÁRIO ATUAL**

Corpo Editorial

Editor: Ricardo A. Fayal

Editor Auxiliar: Marcos do Vale Araujo

Conselho Editorial: Danilo Marcondes de Souza Neto;

Guilherme Lopes da Cunha;

Jacinto Maia Neto

Auxiliares de Pesquisa: Barbara Varella de Lacerda – Bacharelada em Relações Internacionais pela UVA

Gabriela Paulucci da Hora Viana – Bacharelada em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela UFRJ

Auxiliares de Tradução: Gabriela Paulucci da Hora Viana

Juliana de Souza Clos

Pesquisadores da Edição

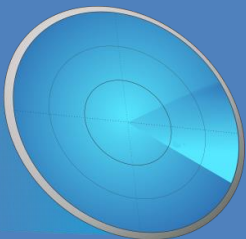
Danilo Marcondes de Souza Neto – PhD em Politics and International Studies pela Universidade de Cambridge

Ricardo Alfredo de Assis Fayal – Mestrado em Estudos Estratégicos pelo INEST (UFF)

Sergio Kostin – Doutorado em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

*As informações aqui contidas não refletem necessariamente a opinião do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra (ESG), do Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos e/ou de seus funcionários. A ESG não é responsável pelos sites de Internet que não lhe pertencem e aos quais se pode ter acesso através de links ou de qualquer conteúdo disponibilizado neste boletim.





ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

Considerações sobre o momento atual na Colômbia: aspectos domésticos e internacionais

Autor: Danilo Marcondes de Souza Neto

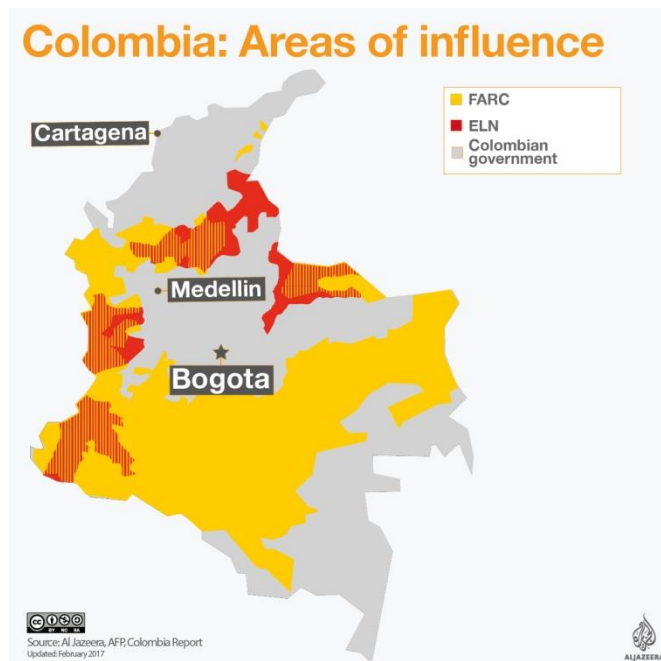
Co-autora: Barbara Varela de Lacerda

Os países da América do Sul passam recentemente por uma série de acontecimentos que destacam a importância do acompanhamento de questões internas nesses países e de suas repercussões tanto domésticas quanto internacionais. No caso colombiano, tais questões estão relacionadas principalmente aos desdobramentos do acordo de paz colombiano.

Em 2016, após quatro anos de negociações chegou-se ao que parecia ser um acordo de paz entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) que finalmente encerraria um conflito de mais de meio século. Todavia, não houve o cumprimento de diversos pontos estabelecidos neste acordo. Em 2019, antigos comandantes da guerrilha anunciaram que retomariam as armas, mas relataram que não seriam realizadas ofensivas à população e sim contra as forças públicas e políticas, consideradas como “corruptas” por alguns desses atores.

Ex-líderes das FARC vem chamando atenção para a importância da implementação integral do acordo de paz, de forma a se evitar uma deterioração da situação na Colômbia. Confrontos recentes entre dissidentes das FARC e tropas do governo tem vitimado parcela da população civil.

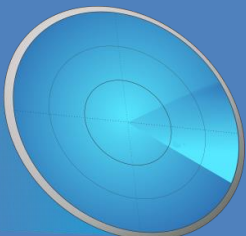
O acompanhamento da situação é de extrema relevância já que a resolução do conflito colombiano é uma iniciativa de grande importância não só para a sociedade colombiana quanto para toda a América do Sul e América Latina. A importância da manutenção do processo de paz na Colômbia é ainda mais importante em um contexto em que a maioria dos Estados sul-americanos, incluindo Colômbia e Brasil, se retirou da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e também da continuação das tensões na Venezuela. Desde o início das tensões na Venezuela, a Colômbia vem recebendo grande número de refugiados venezuelanos no seu território.



Fonte: Aljazeera

[Continua]





No que diz respeito à atuação do Brasil na Colômbia, merece destaque o papel dos militares brasileiros em iniciativas de treinamento para participação em operações de paz e em técnicas de desminagem. O Brasil também coopera com a Colômbia em relação à pesquisa antártica, área em que a Colômbia procura expandir a sua atuação em futuro próximo.

Além dessas questões mencionadas acima, duas questões merecem ser acompanhadas: as futuras repercussões na América do Sul do estabelecimento da parceria global entre a Colômbia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e da entrada da Colômbia na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), adesão também almejada por outros Estados sul-americanos como Argentina, Brasil e Peru. ■

Notícias veiculadas pelo OMNIDEF

Estado de Minas – 09/10/2019

Partido FARC expulsa ex-chefes rebeldes que se rearmaram na Colômbia

O partido FARC, surgido do acordo de paz na Colômbia, oficializou nesta quarta-feira a expulsão de um grupo de ex-líderes rebeldes que no final de agosto anunciaram que voltariam às armas. "O anúncio do rearmamento desconhece nossas instâncias de direção nacional" e "todos os alinhamentos políticos e princípios em matéria disciplinar", informou em comunicado a Força Alternativa Revolucionária do Comum (FARC).

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)

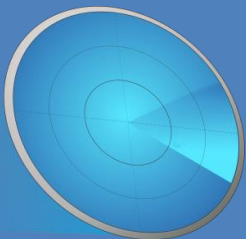
El País – 17/10/2019

El expresidente Samper critica el papel de EE UU en la guerra contra las FARC

"He venido porque creo que nadie en Colombia tiene derecho a negarles a las víctimas del conflicto la verdad que ellos y nosotros necesitamos para reconciliarnos". Las palabras introductorias que pronunció este miércoles el expresidente Ernesto Samper (1994-1998) suponen tanto un hito en la historia reciente de Colombia como un claro precedente en la compleja transición que atraviesa el país como parte de la implementación de los acuerdos de paz con la extinta guerrilla de las FARC.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)





POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA

ANÁLISE 1

O papel das Forças Armadas brasileiras em matéria de Segurança e Defesa

Autor: Ricardo Alfredo de Assis Fayal

No Brasil, à semelhança de outras nações, a instituição militar teve papel chave na construção dos destinos nacionais, pois possui predicados importantes como o culto ao civismo, a disciplina, o espírito de coletividade e a devoção ao serviço da Pátria. A construção da nacionalidade teve início ainda no tempo do Brasil Colônia, progredindo ao longo de cinco séculos com o apoio sempre presente da instituição armada, pois desde sua formação, o Brasil fundou-se como uma “Nação em armas”, já que os próprios cidadãos compunham uma força armada.

A origem do estamento militar brasileiro, ainda que de forma não convencional ou estruturada, remonta a forte presença de pessoas envolvidas com a atividade militar durante o período colonial, mesmo sendo suas fileiras formadas por portugueses e mercenários em grande parte. Com a ameaça de ataques estrangeiros foi gerada uma sociedade intensamente militarizada. Naquela época cerca de 5% dos homens de todas as idades pertenciam a uma das diversas tropas existentes.

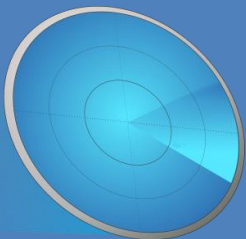
Já atuando como Forças Armadas, no período imperial, os militares foram empregados na resolução de contenciosos externos, notadamente na Guerra do Paraguai, assim como na pacificação de conflitos internos. Durante grande parte do século XIX, o Exército Imperial contou com a liderança de Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias), para a promoção da Segurança e Defesa Nacional.

Para tanto, já na Constituição do Império de 1824 estava prevista a utilização da “Força de Mar, e Terra” para prover a Segurança e a Defesa do Império. A única Carta Magna que não atribuía aos militares quaisquer tipo demissões de segurança, foi a de 1937, outorgada por Getúlio Vargas. Todas as demais trataram do assunto Segurança e Defesa em seu corpo.

Para que o texto se torne mais claro, torna-se necessário o entendimento do que vem a ser tomado por Segurança. Sendo assim, observando-se o que explicita o livro “Fundamentos do Poder Nacional”, da Escola Superior de Guerra (ESG), de 2018, Segurança, em sentido amplo, abrange a garantia contra todas as formas de ameaça em relação ao indivíduo ou aos grupos sociais, podendo assumir diferentes matizes. Segurança é a sensação de garantia necessária e indispensável a uma sociedade e a cada um dos seus integrantes, contra ameaças de qualquer natureza.

[Continua]





Por motivos idênticos aos citados anteriormente, por Defesa, entende-se como um conjunto de medidas e ações estruturadas para se contrapor a determinado tipo de ameaça, visando proporcionar à sociedade uma adequada sensação de segurança. Portanto, Defesa se constitui como a parte prática, operacionalizada por procedimentos do Estado para se chegar à percepção de Segurança.

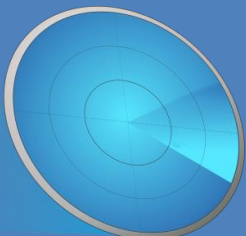
A Defesa Nacional, portanto, confere substância à Segurança e atua em consonância com a política brasileira de privilegiar a solução pacífica das controvérsias entre os países, de sorte que o uso da força por intermédio da Expressão Militar do Poder Nacional somente será concretizado, quando, ameaçados os interesses nacionais, as possibilidades de negociação apresentem-se inviáveis, visando à preservação da soberania, da integridade territorial e dos interesses nacionais. No contexto da Defesa Nacional, é necessário que a Nação esteja preparada para evoluir, rapidamente, da situação de paz ou de crise para a situação de conflito armado. O País deverá, portanto, estar habilitado a aumentar celeremente os meios humanos e materiais das Forças Armadas, que é o conceito de Elasticidade, um dos pressupostos da Mobilização Nacional.

Sendo assim, segundo a Política Nacional de Defesa (PND) de 2016, o conceito de Segurança ampliou-se, abrangendo os campos político, militar, econômico, psicossocial, científico-tecnológico, ambiental, entre outros. Preservar a segurança requer medidas de largo espectro, envolvendo, além da defesa externa: a defesa civil, a segurança pública e as políticas econômica, social, educacional, científico-tecnológica, ambiental, de saúde, industrial.

Dentro dos preceitos que envolvem *Segurança e Defesa*, e com base no que prescreve a Constituição de 1988, em seu artigo 142, as Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Para tanto, mesmo que mantenha a continuidade na preparação e capacitação do seu efetivo, com vistas à defesa da Pátria, sua missão precípua, as Forças Armadas, que historicamente atuaram no âmbito interno, notadamente em movimentos ocorridos no século XIX, tem participado ativamente no âmbito da Segurança Pública, segundo o que prevê o § 1º do artigo 142 da Carta Magna de 1988, normatizado, inicialmente, pela Lei Complementar nº 97 (LC 97), de 09 de junho de 1999, que trata de sua atuação em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO).

[Continua]





As operações de GLO, até o ano de 2019, tiveram seu ponto culminante com a Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro, em 2018. Apesar de não restringir-se somente à estas operações, tendo em vista a consecução de vários objetivos, como a melhoria na estrutura e capacitação da polícia do estado, o Gabinete de Intervenção Federal (GIF) produziu inúmeras Op GLO, no intento de reduzir a criminalidade no Rio de Janeiro, fato este que se concretizou ao final da Intervenção. Segundo dados oficiais, de março a novembro de 2018, houve queda de 5,9% nos roubos de rua – 105.728 em 2017 para 99.519, em 2018 – e de 7,7% nos roubos de veículos – de 41.383 para 38.208. Já os latrocínios (roubos seguidos de mortes) registraram redução de 33,7%, passando de 172 em 2017 para 114 em 2018.

Entretanto, mesmo com o incremento das Op GLO, em face da análise dos atuais cenários, nacional e internacional, tornou-se essencial adaptar a configuração das expressões do Poder Nacional às novas circunstâncias e, por conseguinte, buscar estruturar os meios de defesa em torno de capacidades.

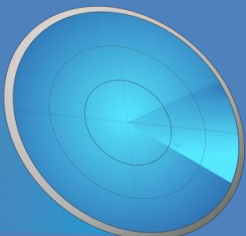
Para o Capitão de Mar-e-Guerra Francisco José de Matos, em seu texto “Planejamento Baseado em Capacidades: a Experiência Brasileira”, o Planejamento Baseado em Capacidades (PBC) não é algo que surgiu para resolver todos os problemas do planejamento estratégico de defesa. Para seu desenvolvimento existem óbices e dificuldades que necessitam ser contornados para sua melhor aplicação. O uso de metodologia científica para o planejamento estratégico já vinha sendo praticado, principalmente durante a Guerra Fria, e tem seu foco no uso de cenários prospectivos e identificação de ameaças específicas.

São consideradas Capacidades Nacionais de Defesa aquelas compostas por diferentes parcelas das expressões do Poder Nacional. Elas são implementadas por intermédio da participação coordenada e sinérgica de órgãos governamentais e, quando pertinente, de entes privados orientados para a defesa e para a segurança em seu sentido mais amplo. O PBC possui como pontos basilares, os componentes da sigla DOPEMAI: Doutrina, Organização, Pessoal, Educação, Material, e Infraestrutura. O PBC tem como foco principal o desenvolvimento dos seguintes pontos: Capacidade de Proteção; Capacidade de Dissuasão; Capacidade de Pronta-resposta; Capacidade de Coordenação e Controle; Capacidade de Gestão da Informação; Capacidade de Mobilidade Estratégica; e Capacidade de Mobilização.

Ainda enfocando o mundo contemporâneo, em pleno século XXI, marcado pela volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade (*VUCA* em inglês), as ameaças à Segurança e Defesa do Estado tem sofrido variadas mutações. Segundo O Livro Branco de Defesa (2016), estas transformações representam outros desafios que se apresentam ao País e dizem respeito à sua capacidade de fazer face aos chamados “conflitos do futuro”, ou de natureza “híbrida”.

[Continua]





Segundo a Política Nacional de Defesa (2016), a configuração internacional, caracterizada por assimetrias de poder, gera tensões e instabilidades que contribuem para o surgimento de grupos insurgentes e de organizações terroristas ou criminosas e que tendem a incrementar a guerra irregular. Ainda que a ocorrência de conflitos generalizados entre Estados tenha reduzido, renovam-se aqueles de caráter étnico e religioso, exacerbam-se os nacionalismos e fragmentam-se os Estados, cenário propício para o desenvolvimento da denominada “Guerra Híbrida” (GH).

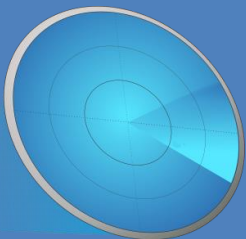
Este é um conceito cada vez mais adotado para a definição de novos conflitos do século XXI, frequentemente chamados de “conflitos do futuro”, em que ações de combate convencional são aglutinadas, no tempo e no espaço, com operações de natureza irregular, de guerra cibernética e de operações de informação, dentre outras, com atores estatais e não-estatais, no ambiente real e informacional, incluindo as redes sociais. Sua natureza realça características dos conflitos contemporâneos e tornam a definição das missões das Forças Armadas muito mais complexa, dinâmica e sofisticada.

Em tese, a fase inicial de uma GH se processa com um movimento junto à sociedade denominado de “Revolução Colorida”, que trata de ações de resistência não violenta à atuação do Estado e marcado por discursos que incentivam a desordem e possui origens externas e da mídia. Para melhor visualização deste modelo se pode observar o quadros abaixo, de origem da “Doutrina Militar Terrestre, em Revista”.



[Continua]





Analisando-se manuais elaborados pelas Forças Armadas, percebe-se, ainda, uma exiguidade textual com relação à Guerra Híbrida. O conceito acerca de Operações no Amplo Espectro, contidas no Manual de Operações do Exército Brasileiro é o mais próximo que se chega da GH. Segundo este manual, as operações são definidas pela forma de atuação da Força Terrestre no amplo espectro dos conflitos, tendo como premissa maior a combinação, simultânea ou sucessiva, de operações ofensivas, defensivas e de cooperação e coordenação com agências, ocorrendo em situação de guerra e de não guerra. O poder militar é aplicado como parte de uma ação unificada, considerando também o emprego de outras expressões do Poder Nacional, para derrotar o oponente e estabelecer condições para alcançar o estado final desejado (EFD) da campanha. Existe a necessidade de máxima integração entre vetores militares e civis, que buscam a unidade de esforços no ambiente interagências, em uma escala variável de violência.

Sendo assim, com vistas à melhor capacitação das Forças Armadas na manutenção da Segurança e Defesa da Pátria, existe a necessidade de maior inserção e posterior aprofundamento do tema Guerra Híbrida, no âmbito das Forças Armadas. Segundo alguns autores, a GH já vem sendo utilizada por Estados no intento transformar o *status quo* de países segundo os interesses dos primeiros, como aconteceu no caso da Síria (2011) e Ucrânia (2014). ■

Notícias veiculadas pelo OMNIDEF

Defesanet – 09/10/2019

O conflito na Ucrânia entre 2014 e 2018 e seu impacto na segurança internacional

A guerra no Leste da Ucrânia completa quatro anos em 2018. Embora os Acordos de Minsk, em 2014, tenham freado o avanço do conflito, naquele momento apenas serviram para dar uma satisfação para a comunidade internacional, dizendo que os líderes europeus se preocupavam com o que estava acontecendo [...]

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)

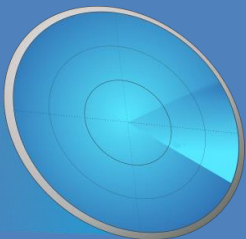
Correio Braziliense – 10/10/2019

Ministro da Defesa prioriza indústria na modernização das Forças Armadas

A parceria entre indústria e governo federal é fundamental para o desenvolvimento da tecnologia nacional e para o aprimoramento e modernização das Forças Armadas, afirmou o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, durante o Fórum de Investimentos Brasil 2019. "O setor enfrenta cada dia novos desafios [...]"

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)





POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA

ANÁLISE 2

A parceria entre Embraer e Boeing: reflexões sobre o cenário atual

Autor: Sergio Kostin

Co-autora: Gabriela Paulucci da Hora Viana

O setor de aviação comercial da antiga Embraer mudou de nome em meio do corrente ano para Boeing Brasil-Comercial. É um processo natural. O mesmo ocorreu em outras oportunidades, sendo talvez a mais emblemática do caso da McDonald Douglas, importante empresa de aviação comercial e militar adquirida pela Boeing na década de 90. O mesmo ocorreu em empresas europeias. A própria Airbus foi na sua origem um consórcio de várias empresas europeias que deixaram de existir. Achar que a Embraer iria permanecer com o seu nome após o processo de aquisição da Boeing era algo impensável.

Existe uma previsão de férias coletivas para os funcionários da antiga Embraer prevista para o início de janeiro de 2020. Provavelmente ocorrerá um processo de reestruturação na empresa, com eventuais demissões. Especula-se que exista um processo interno dentro da Embraer de quem pretende ficar na aviação comercial, de jatos e na parte de defesa.

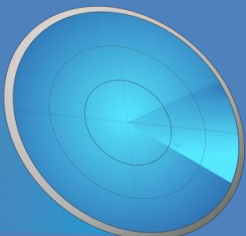
Alguns dados mostram que mesmo em setores de alta tecnologia, a produtividade do trabalhador norte-americano é maior que a do trabalhador brasileiro. Tomem-se os seguintes dados. No ano de 2018, a Boeing faturou cerca de 100 bilhões de dólares americanos para aproximadamente 150.000 colaboradores. Naquele mesmo ano, a Embraer teve receitas brutas de cerca de 5 bilhões de dólares americanos para cerca de 16.000 colaboradores. Assim a Boeing tinha uma receita de 667 mil dólares para cada funcionário, ao passo que a Embraer teve uma receita de 312 mil dólares para cada funcionário. Obviamente existem custos fixos que atingem proporcionalmente mais a Embraer do que a Boeing em função do porte da empresa, mas retrata, de alguma forma, a maior produtividade da empresa americana.

Esta primeira reestruturação não deve ser muito grande, pois será necessário ao alto escalão da Boeing examinar com mais detalhes a operação da empresa brasileira antes de fazer cortes mais profundos, mas, na visão deste autor, vários cargos de gerência e direção já serão afetados nesta primeira reestruturação. Levando em conta o retorno para o acionista, a Boeing possui resultados bem mais consistentes que a Embraer havia um bom tempo, mais que 15 anos, mesmo porque os setores onde a Boeing atuava eram bem mais lucrativos e com maior escala que a Embraer.

E neste sentido, a parte militar era um dos “fardos” em a Embraer tinha que sustentar. As encomendas militares brasileiras são muito incipientes quando comparadas as norte-americanas, afetando em muito os dados expostos anteriormente.

[Continua]





Não será possível a Embraer Defesa se sustentar com base na exportação de aviões e outros sistemas. A única forma da empresa sobreviver será com as demandas do Ministério da Defesa. Sabemos que o Brasil passa por séria crise fiscal e econômica, mas é necessário que o país dê prioridade para sua principal empresa de Defesa, nem que tenha que sacrificar outros projetos ou mesmo outras despesas. Neste sentido, honrar os compromissos com o projeto do Gripen e do KC-390 se tornam imperativos para a sobrevivência da empresa no curto e no médio prazo. ■

Notícias veiculadas pelo OMNIDEF

Airway – 03/10/2019

Acordo entre Boeing e Embraer avança

A Embraer e a Boeing anunciaram em conjunto nesta quinta-feira (3) que continuam trabalhando para estabelecer sua parceria estratégica. No comunicado, as fabricantes apontam que o acordo vai posicionar ambas as companhias “para agregar maior valor às companhias aéreas e seus clientes e acelerar o crescimento nos mercados aeroespaciais globais”.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)

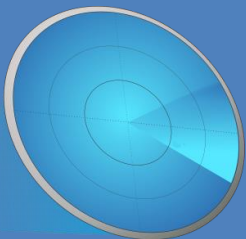
G1 – 21/10/2019

Embraer anuncia acordo para venda de 64 jatos executivos por US\$ 1,4 bilhão

A Embraer, fabricante de aviões brasileira, anunciou nesta segunda-feira (21) um acordo para venda de 64 jatos executivos para a empresa norte-americana Flexjet por cerca de US\$ 1,4 bilhão. O negócio prevê uma frota de jatos Praetor e Phenom 300. O anúncio do contrato firmado ocorreu durante uma coletiva de imprensa de uma feira de aviação executiva em Las Vegas, nos Estados Unidos.

Para a notícia completa, [CLIQUE AQUI](#)





Escola Superior de Guerra (ESG)

Fortaleza de São João - Av. João Luiz Alves, s/nº, Urca

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22291-090

Tel.: (21) 3545 9889 / Fax (21) 3545 9971

cee@esg.br

As informações aqui contidas não refletem necessariamente a opinião do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra, do Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos e/ou de seus funcionários. A Escola Superior de Guerra não é responsável pelos sítios de Internet que não lhe pertencem e aos quais se pode ter acesso através de *links* ou de qualquer conteúdo disponibilizado neste boletim.

O autor cedeu à Escola Superior de Guerra – ao Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos – os direitos de reprodução do material e quaisquer transcrições para o meio impresso e/ou digital a partir do material original, para edição, reprodução e publicação impressa e/ou em mídias digitais em língua portuguesa, ou em outros idiomas, por tempo indeterminado. Fica assegurado, portanto, o direito de dispor deste material para divulgá-lo em outros canais oficiais do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra ou do Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos.

